

Ordem Econômica

Parlamentares preparam reação à reforma agrária de Severo

Izabel Cristina

Da Sucursal de Brasília

A dois mil metros do Congresso Nacional, numa sala da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), no Setor Comercial de Brasília, oito deputados (de vários partidos) começaram a delinear uma estratégia para "derrubar" ou "modificar" os artigos que tratam da reforma agrária do relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP) na Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte. "Esse relatório significa uma guilhotina armada contra os produtores rurais brasileiros. Queremos uma reforma agrária com o pé no chão", disse o deputado Virgílio Galassi (PDS-MG), um dos participantes da reunião.



Galassi disse que na pequena sala da OCB —uma entidade controlada por produtores rurais— estavam representados entre 35 e quarenta integrantes da Comissão da Ordem Econômica, que no total é composta por 63 parlamentares. O deputado José Egreja (PTB-SP), também pre-

sente, dá uma explicação sobre a forma como o grupo espera modificar, pelo voto, os pontos do relatório com que não concorda. Segundo ele, "os parlamentares de centro-direita interessados nas questões agrárias terão o apoio dos conservadores interessados nos outros pontos do relatório e vice-versa".

O deputado Delfim Netto (PDS-SP), que também esteve na sede da OCB, resume suas críticas ao relatório numa frase: "Acho que o espírito do relatório do Severo, a quem respeito muito, sofre de 'estadolatria'. Seu texto atribui ao Estado características de Deus". Além de Galassi, Egreja e Delfim, estiveram no encontro de ontem, que deve se repetir outras vezes nesta semana, os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Jorge Viana (PMDB-BA), Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), Alysso Paulinelli (PDS-MG) e Victor Fontana (PFL-SC). Participou ainda o presidente da OCB, Roberto Rodrigues.

A princípio, a estratégia montada ontem obedecerá à seguinte lógica: os parlamentares do grupo apresentarão emendas ao relatório e tentarão viabilizá-las através da negociação. Se isso não for possível, irão

disputar no voto, no plenário da comissão. Egreja estava, ontem mesmo, preparando emendas que pretende apresentar até quinta-feira. Uma delas modifica o artigo 27 do relatório, que trata do direito de propriedade. Aí, Severo condiciona a prioridade do imóvel rural à utilização social da terra. Egreja quer

incluir a expressão "utilização social progressiva da terra". Para ele, quem recebe "uma terra de herança ou compra uma propriedade precisa de um determinado tempo para torná-la produtiva. Não pode ficar sujeito, do dia para a noite, a uma desapropriação."



Delfim Netto deixa a reunião acompanhado de seu assessor Gustavo Teixeira (dir.)

Severo admite falhas na redação do texto

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), 62, assumiu perante a Comissão da Ordem Econômica, da qual é relator, a responsabilidade por duas falhas de redação em seu substitutivo, apresentado ontem para o exame dos constituintes. A primeira diz respeito à expressão "patrimônio genético das espécies nativas", que, segundo o relatório, pertence à União. A segunda falha é a não inclusão da função de planejamento entre os papéis do Estado.

Com relação ao patrimônio genético das espécies nativas, o senador admitiu que "a redação foi infeliz", explicando que seu objetivo não era estender a propriedade da União sobre os cerrados, caatingas e outras espécies vegetais brasileiras, mas estabelecer normas com relação a fungos, bactérias e outros germes nativos, evitando sua exportação e desenvolvimento com o posterior patenteamento no exterior.

Severo também se penitenciou quando o relator da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, Virgildásio Senna (PMDB-BA), acusou-o de "omisso" por não ter incluído em seu substitutivo o papel do Estado como planejador. Severo Gomes admitiu que foi um erro, devido ao curto espaço de tempo que teve para redigir o relatório final.

Após a apresentação oficial de seu relatório, ontem pela manhã, Severo Gomes participou de duas reuniões da comissão, ouvindo e discutindo com os constituintes os termos do substitutivo apresentado por ele. Até o final do expediente de ontem, três emendas já tinham sido entregues à secretaria da comissão: duas do senador Virgílio Távora (PDS-CE) e uma do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Távora propõe, em uma das emendas, o fim do monopólio da União

sobre a importação de petróleo, mantendo-o sobre a pesquisa, lavra e o processamento. Em outra emenda, propõe que as empresas públicas e de economia mista fiquem sujeitas às mesmas normas, controles e meios de fiscalização (auditorias, balanços, impostos etc.) impostos às empresas privadas. Lima Filho propõe limitações no tamanho dos imóveis rurais, sujeitando a área excedente à desapropriação por interesse social. De acordo com sua emenda, esse limite varia de quatro mil a onze mil hectares.

Dropes

* O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, inicia hoje uma visita oficial de três dias ao Egito, onde se encontrará com o presidente Hosni Mubarak e outras autoridades; Sodré é o primeiro chanceler brasileiro a visitar o Egito desde 1973.